



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 (VINTE E TRÊS) DO MÊS DE SETEMBRO DE 2021 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Às 15:00 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 22/09/2021, os conselheiros se reuniram, por videoconferência, e tendo sido verificado quórum de sete (07) conselheiros, conforme constam da folha de presença, na data e local acima indicado, foi iniciada a reunião às 15:13 foi aprovada a ata da reunião anterior e elencado os itens da pauta: **1) Implantação dos Marcos Geodésicos; 2) Apresentação do relatório mensal da Comissão Gestora do Fundo Municipal de Meio Ambiente; 3) Apresentação do trabalho da Câmara Técnica de propostas para Plano Plurianual (PPA) 2022-2025; 4) Definição das datas e prazos para a eleição das novas entidades civis que comporão a gestão 2021/2023 do CMMA e 5) Assuntos gerais.** O presidente iniciou a reunião e abriu o debate para a primeira pauta do dia

1) Marcos geodésicos - o Presidente lembrou que o CMMA estava aguardando a proposta de implantação de marcos geodésicos em Armação dos Búzios. O proponente, Eduardo Chamel, explicou que um marco ou vértice geodésico é um sinal físico que indica uma posição cartográfica exata e que forma parte de uma rede de triangulação com outros vértices geodésicos. Normalmente são implantados nos pontos mais altos de uma região, com linha de visão desimpedida para outros vértices que compõem a rede de triangulação. Argumentou que a existência desses marcos no município acabaria com confusões geradas em relação a localização quotas do território e principalmente em relação à linha de topo de morro aplicada no município atualmente. Ressaltou que os marcos também serão úteis para a determinação de quota das construções. O presidente do conselho, Rodolpho Perissé, se comprometeu a providenciar os blocos de concreto necessários para a instalação dos marcos geodésicos e a equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Urbanismo irá verificar qual o procedimento para a aquisição e transporte do material restante necessário para a construção dos marcos, o proponente ficou responsável por realizar o georreferenciamento dos 60 marcos a serem instalados de maneira distribuída pelo município.

2) Apresentação do relatório mensal da Comissão Gestora do Fundo Municipal de Meio Ambiente: Arildo Mendes, da equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Urbanismo (Seapur) justificou que, devido ao afastamento temporário das funções, por questões pessoais e de saúde, de dois integrantes da Comissão Gestora do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) ainda não foi realizada a reunião. Disse que irão retornar na próxima segunda-feira (27/09/2021) e informou que a reunião da Comissão Gestora do Fundo Municipal de Meio Ambiente foi convocada para a próxima quinta-feira (30/09/2021). Se comprometeu a, assim que os relatórios da comissão, com o balancete financeiro do FMMA, forem concluídos, encaminhar, ainda na sexta-feira (01/10/21), para Rodolpho o material finalizado. Com isso, o relatório que trata sobre os processos de licitação em andamento a serem custeados com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente foi projetado em tela para os demais conselheiros. Arildo deu início à apresentação pelo processo nº 3874/21, voltado à aquisição de veículos. Relatou que esse processo se encontra na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Urbanismo (Seapur) para ciência da cotação de preços. Explicou que ele já passou por vários setores e etapas, como o jurídico, a controladoria e a área responsável pelas licitações. Descreveu que, após a ciência da Seapur sobre o valor das cotações, o próximo passo será o bloqueio orçamentário do valor, seguido da convocação da licitação. A conselheira Denise questionou quantos e quais serão os veículos a serem adquiridos por meio desse processo. Arildo explicou que serão adquiridos um carro tipo sedan, duas caminhonetes cabine dupla 4x4, uma caminhonete cabine simples, dois automóveis utilitários, somando assim seis veículos ao todo. Informou que ainda não têm como apontar quais serão as marcas e modelos dos veículos pois, na etapa atual, a secretaria indica os tipos dos produtos. A definição de quais veículos exatamente serão adquiridos ocorrerá apenas com a execução e conclusão do processo licitatório. Em seguida, apresentou o processo nº 4479/21, criado para a aquisição de embarcação tipo bote inflável. Explicou



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

que, nesse momento, esse processo está na controladoria, já tendo passado pela avaliação inicial da Seapur, da área de licitação e do setor jurídico da prefeitura. Disse que, provavelmente, após ter passado pela controladoria, o processo retornará para a Seapur, para ser cumprida qualquer exigência estabelecida pela controladoria. Depois disse, prevê que ele volte para o setor de licitações, para o bloqueio orçamentário do valor, e, por fim, seja encaminhado para a execução da licitação. Explicou que este processo está um passo atrás do processo primeiramente apresentado. Por fim, ressaltou que a aquisição tem como objetivo auxiliar a equipe nas operações marítimas. Rodolpho perguntou se, além do barco, o motor também estaria incluído no processo, para aquisição. Arildo respondeu que sim, que a aquisição do motor está incluída no mesmo processo, assim como os demais acessórios indispensáveis para o uso imediato da embarcação. Dando prosseguimento, Arildo apresentou o processo administrativo nº 7069/21 relativo à contratação de consultoria especializada para o Plano de Manejo, assim como para a criação do Conselho Gestor da Área de Preservação Ambiental do Mangue de Pedra. Explicou que esse processo está na fase de cotação de preços, na Seapur. Relatou que o procedimento de cotação desse processo teve início em outros setores, mas que a Seapur está dando o suporte na fase atual da cotação, por se tratar de um serviço muito específico do setor ambiental. Informou que, depois do da cotação, o processo licitatório irá para o controle interno, já tendo ele passado pelo jurídico. Em seguida, ele irá voltar para a Seapur, para ciência da cotação, e depois segue para o setor de licitações, para o bloqueio orçamentário e, em seguida, para a execução e conclusão da licitação. Sobre o processo nº 7588/21, sobre o Gerenciamento Costeiro, Arildo informou que está na mesma situação do processo tratado anteriormente, ou seja, está na Seapur, com o suporte dos demais setores envolvidos no processo de licitação para cotação de preços. Frisou aos presentes que a etapa de cotação não é a parte de licitação em si. Disse que são essas cotações que apontam, no momento do bloqueio orçamentário, uma média do valor a ser disponibilizado para a execução do serviço ou aquisição de produto/material. Concluiu dizendo que, por fim, o processo seria encaminhado para a licitação, na qual as ofertas seriam feitas e o serviço/produto contratado/adquirido. O conselheiro Romero Medeiros disse que esteve lendo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e que verificou no site do Ministério do Meio Ambiente o Projeto Orla. Ressaltou que a lei federal nº 7661/88 dispõe sobre ele. Relatou que por meio do plano verificou que toda a costa de Búzios já foi dividida em três tipos de territórios, com certas características específicas, que compõem nossa área costeira. Disse ter visto coisas muito interessantes, pois traçaram o plano e apontaram como sugestão de modelo para a implantação do Plano em Búzios o Parque da Lagoinha, que vai da Ilha do Boi, próxima à Praia da Ferradura, até a Praia do Forno. Informou que o plano apresenta de forma detalhada os dados de medição segundo os decretos e legislação vigente. Quanto às demais áreas, Romero informou que também possuem, por meio do plano, ações e metas no espaço e tempo para serem executadas, que teriam o plano implementado paulatinamente, já com a experiência desse primeiro resultado. Explicou que, de acordo com o relatório dos técnicos responsáveis por elaborar o plano, o Parque da Lagoinha foi escolhido por se tratar de uma área não adensada, com quase nenhum tipo de conflito territorial, facilitando assim a rapidez na implementação e na garantia da ordenação da área. Por fim, Romero perguntou a Arildo se está sendo considerado pela prefeitura uma possível revisão desse plano que, conforme relatou, já está bastante encaminhado. Lembrou sobre a realização de estudos e propostas elaboradas entre 2003 e 2004 para a área em questão. Em resposta, Arildo disse que, no caso específico do processo do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, a entidade que ganhar a licitação irá trabalhar também aproveitando o trabalho já existente, sem deixar de fazer uso do que já foi construído. Mas ressaltou também terem consciência do tempo que esses estudos foram realizados, e até mesmo a falta de desdobramento desses estudos no conceito prático da execução. Disse entender que esse novo procedimento sobre o gerenciamento costeiro vai aproveitar muito do que foi construído no passado, adequar os estudos à realidade atual do município, assim como à legislação atual, que mudaram muito desde então. Ressaltou que, para ele, com esse procedimento, o município só tem a ganhar, com o resgate do que foi realizado no passado, com a adequação ao momento atual e com a execução



de novas ações no presente. Arildo deu continuidade à apresentação dos processos licitatórios em andamento na prefeitura. Falou sobre o processo nº 9345/21, para a contratação de empresa especializada para curso de medição de níveis de ruídos e o processo nº 9667/21, para a contratação de treinamento teórico para a pilotagem de veículos aéreos não tripulados. Informou que esses dois processos estão na Secretaria de Meio Ambiente para a reorganização do Termo de Referência, que passará pela reunião da Comissão Gestora do FMMA, na próxima quinta-feira (30/09/2021). Em seguida, falou sobre o processo nº 10124/21, que trata sobre a primeira etapa das obras da Lagoa de Geribá, voltada para a elaboração dos estudos. Lembrou que a Lagoa de Geribá irá passar por três períodos de procedimentos. A segunda fase será voltada para a elaboração de projetos e a terceira fase para a realização das obras. Explicou que o processo está também na fase de cotação orçamentária de todos os estudos técnicos relacionados ao tema, como o estudo do espelho d'água, da parte estrutural, da fauna e flora, entre outros, já tendo esse passado pelo setor jurídico e de licitação. Se comprometeu a apresentar o relatório completo, já com os demais processos que serão abertos, após a realização da reunião da Comissão Gestora do FMMA. Sobre a Lagoa de Geribá, Rodolpho perguntou a Arildo se a secretaria possui uma previsão de quando as obras de fato devem ter início. Arildo informou que a secretaria tem trabalhado administrativamente para concluir a parte dos estudos até o final de 2021, a parte dos projetos até abril de 2022, tendo assim a previsão do início das obras ainda em 2022. Com a chegada do secretário de Meio Ambiente, Evanildo Nascimento, em relação à Lagoa de Geribá ressaltou ser um sonho de toda sociedade buziana e que acredita que poderão dar uma previsão mais aproximada quando essa primeira fase de estudos for concluída. Disse que, com isso, acredita que as demais etapas virão com mais brevidade em suas execuções. Frisou considerarem de extrema importância a fase da realização dos estudos técnicos, para que possam entregar um produto final para a cidade pelo qual venham a se orgulhar. Ponderou que não poderão errar em suas escolhas técnicas e construtivas. Disse acreditar que, contando com a execução total do projeto, dentro de um ano e meio poderão obter o resultado de mais de 80% das obras da Lagoa de Geribá. O conselheiro Augusto Pascoal perguntou à equipe da Seapur se há uma previsão para a conclusão do processo relacionado à Área de Preservação Ambiental (APA) do Mangue de Pedra. Arildo respondeu que esse é um processo único, diferente do relativo à Lagoa de Geribá. Considerando que está atualmente na fase de cotação orçamentária, informou que o processo seguirá para o controle interno da prefeitura para, em seguida, ir para o setor de licitação, para bloqueio orçamentário, e, por fim, para a abertura do procedimento licitatório. Disse acreditar que daqui a cerca de dois meses a entidade ganhadora da licitação já estará apta a iniciar os trabalhos de estudo. Rodolpho disse entender que, assim que a Comissão Gestora tiver concluído o relatório com o balancete do FMMA, o material deva ser compartilhado diretamente no grupo de WhatsApp do CMMA, para que todos os conselheiros possam ter acesso imediato a ele, sem a necessidade de passar previamente pela presidência do conselho. Arildo concordou e informou que a equipe da secretaria já estabeleceu uma rotina a ser cumprida para apresentação do relatório completo, mensalmente. Disse que a equipe da secretaria está inteiramente à disposição para esclarecer todos os pontos de dúvidas levantados pelo CMMA. **3) Apresentação do trabalho da Câmara Técnica de propostas para Plano Plurianual (PPA) 2022-2025:** A conselheira Denise Morand relatou que fez, junto à conselheira Mônica Casarin, também integrante da Câmara Técnica para a elaboração de propostas para o PPA, uma lista de pontos que consideram importante suprimir, completar e aumentar o recurso em alguns assuntos. Disse ter dúvida sobre a Ação nº 2235 do PPA 2022-2025, no qual estão colocando os recursos do Fundo na manutenção da unidade administrativa, especificando o pagamento de vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, despesas de exercícios anteriores, material de consumo. Destacou que isso não pode ser pago com recursos do FMMA, conforme determina o artigo 6, da lei municipal nº701/2009. Por isso, informou que a Câmara Técnica decidiu sugerir a retirada dessa ação da proposta para o PPA. No segundo item, relatou que a câmara técnica gostaria de confirmar a possibilidade de usar recursos do fundo para a ação nº2371 do PPA, para a implantação administrativa operacional do Sistema Municipal de Meio



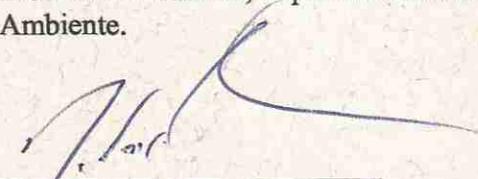
PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Ambiente. Questionou o que exatamente isso quer dizer. Por essas dúvidas, destacou que gostariam de verificar a legalidade dessas previsões de despesas orçamentárias. Em seguida, Denise tratou sobre a proposta da câmara técnica de transferir a ação nº 2373 para a Função 18 (gestão ambiental) e para a Subfunção 541 (preservação e conservação ambiental - ecoturismo). Sobre a ação nº 2376, voltados para a contemplação e execução de projetos da sociedade civil, informou que a câmara técnica sugere a inclusão de mais recursos. A sugestão foi de que para 2022 fosse previsto o valor de R\$ 1.000.000,00, para 2023 o valor de R\$ 1.040.000,00, para 2024 o valor de R\$ 1.081.600,00 e para 2025 o valor de R\$ 1.124.000,00. Relatou que a câmara técnica também sugeriu a transferência da ação nº 2375, para a implementação de programa para a gestão de resíduos sólidos. Sugeriu também manter a ação nº 2374, porém com mais recursos para a implementação de projetos de educação ambiental, que irão mudar o futuro do município com uma educação eficaz. Para essa ação, sugeriu para 2022 o valor de R\$ 1.000.000,00, para 2023 o valor de R\$ 1.040.000,00, para 2024 o valor de R\$ 1.081.600,00 e para 2025 o valor de R\$ 1.124.800,00. Também propôs manter a ação nº 2372, também com mais recursos, já que se pretende implementar as unidades de conservação, o que torna necessário a realização de diversos estudos para a elaboração de outros planos de manejo, assim como para a demarcação física dos limites das unidades de conservação e a gestão das mesmas. De R\$ 5.300.000,00 em 2022, propuseram um aumento para R\$ 7.300.000,00. De 5.445.000,00 em 2023, propuseram um aumento para R\$ 7.446.000,00. E assim progressivamente até 2025. Também propôs manter a ação nº 2370, com a redução de recursos. As integrantes da câmara técnica consideraram não existir uma justificativa para o direcionamento de tanto recurso para o desenvolvimento de políticas públicas ambientais. Questionou porque essa ação gastaria entre R\$ 5.000.000,00 a R\$ 6.000.000,00 ao ano. Sugeriram reduzir para R\$ 1.000.000,00 ao ano. Destacou que a proposta está redirecionando os valores entre as ações, de forma equilibrada. Propôs também manter a ação nº 1343, que é paramentar os agentes de fiscalização e controle ambiental, no entanto com o aumento de recursos. Considera que é necessário para que a fiscalização funcione bem, que os agentes tenham todos os equipamentos necessários à disposição. Destacou que na ação nº 2369, os recursos estão colocados para projetos urbanísticos, regularização fundiária, mais especificamente. Lembrou que a regularização fundiária não é uma despesa que seja possível fazer com recursos do FMMA. Por isso, propôs retirar da proposta do CMMA para o PPA. Sugeriram também a inclusão de ações não consideradas pelo executivo como, por exemplo, o recurso para a ligação de domicílios de famílias e baixa renda à rede separadora de esgoto em pontos do município em que a infraestrutura já está disponível. Eduardo Rodrigues, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Urbanismo disse que poderia estar havendo um equívoco em relação ao documento referência que a câmara técnica teria usado. Disse acreditar que a referência que estivesse sendo usada seria a da Seapur, e não do FMMA. Informou que o documento enviado ao conselho pela equipe da secretaria não tem nada relacionado à regularização fundiária na planilha do fundo. Informou que o arquivo enviado possui três planilhas. Uma relacionada aos recursos da Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Urbanismo, uma planilha relacionada aos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e uma planilha relacionada aos recursos do Fundo Municipal de Pesca. Disse ser necessário observar a base do arquivo, para saber em que planilha estes recursos estão disponíveis. Diante disso, Denise disse que, nesse caso, a questão da regularização fundiária não teria haver com o FMMA. Dando continuidade, Denise informou que a câmara técnica também sugeriu a inclusão da ação de capacitação de agentes ambientais, além de ações e atividades de recuperação dos recursos hídricos. Frisou que os recursos foram redistribuídos na proposta da câmara técnica de forma equilibrada, com o mesmo resultado total de valores previstos na proposta do executivo para o PPA. Mas destacou que, caso estejam equivocadas em relação à questão da regularização fundiária, a proposta terá que ser reequilibrada. Denise questionou se a ação de proposta urbanística também era da Seapur. Eduardo respondeu que todos os itens que constam na planilha presente na aba de nome "Seapur" são relacionadas à aplicação da verba destinada à secretaria. Disse que todos as ações a serem custeadas com recursos do fundo estão listados na planilha presente da aba com nome de "FMMA". Diante a dúvida gerada,



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Denise perguntou como devem fazer para reapresentar a proposta. Evanildo disse acreditar que houve um equívoco em relação à leitura das planilhas por parte da câmara técnica, conforme apontado por Eduardo. Disse que já sabiam que o custeio de funcionários, por exemplo, não poderia ser custeado pelo FMMA e por isso não colocaram entre as propostas da Seapur para o fundo. Disse não estar com a planilha em mãos no momento, mas falou sobre o fator questionado acerca das políticas públicas ambientais. Afirmou estarem falando de toda a questão ambiental do município, com políticas claras e estabelecidas, inclusive nas propostas para aumento da arrecadação do ICMS Ecológico, como reflorestamento e saneamento, incluindo todos os vetores como a gestão de resíduos sólidos, ligação de residências à rede separativa de esgoto e tudo o que puder ser feito em termos de macro e micro drenagem. Em relação aos demais pontos citados por Denise, disse acreditar que houve uma confusão com as demais planilhas referentes à previsão de recursos da Seapur e do Fundo Municipal de Pesca. Disse entender que a proposta teria que ser refeita pela câmara técnica. Relatou, no entanto, não saber se haverá tempo hábil para isso, já que a proposta do PPA de autoria do executivo foi enviada para a câmara no dia 21/09/2021. Denise questionou se então seria feita uma reunião extraordinária para apresentação da proposta revisada pela câmara técnica. Disse que poderiam apresentar uma nova proposta ao Conselho até a próxima segunda-feira (27/09/2021). Romero lembrou que o FMMA foi criado como fundo público e especial e que, portanto, a orçamentação dele é ditada pela lei federal nº4320/64. Disse que, por outro lado, por ele ser um fundo público ele está dentro da estrutura organizacional da prefeitura. Disse entender, porém, que o conselho tem que entrar nessa composição orçamentária da utilização do fundo, por ele ter características de auxílio à gestão ambiental. Ressaltou a importância de entender esse processo. Ressaltou que essa é uma questão nova no município e não há procedimento que prive o conselho de ter voz conjunta à secretaria na apresentação de propostas orçamentárias para o uso do FMMA. Augusto observou que, se a proposta já foi enviada para a Câmara, caberia então ao conselho encaminhar a proposta de alterações no PPA referentes ao FMMA à câmara municipal, e não mais aos setores do executivo. Denise concordou e ressaltou a importância de terem o suporte de uma pessoa que tenha amplo conhecimento sobre de que forma o uso do fundo para a execução de ações e projetos deve de fato ocorrer. Evanildo disse que, em relação à questão orçamentária, Lina Angélica tem sido a profissional a qual a prefeitura tem confiado essas questões relacionadas ao orçamento. Por isso sugeriu que o conselho a convide para trazer uma luz sobre a atual discussão no CMMA. 4) **Definição das datas e prazos para a eleição das novas entidades civis que comporão a gestão 2021/2023 do CMMA:** Rodolpho realizou a leitura da proposta de minuta para o Edital de Convocação de Eleição das entidades civis do CMMA. Explicou que as datas limites de cadastramento junto à secretaria deverão ser alteradas de acordo com a data de publicação do edital e solicitou que, com a aprovação da minuta, a mesma seja publicada o mais rápido possível no Boletim Oficial de Armação dos Búzios. Em relação aos critérios a serem adotados durante a eleição, informou que irá consultar o regimento interno, que deverá ser seguido. A minuta foi aprovada. 5) **Assuntos gerais:** Sobre a contratação do serviço para a realização de videoconferências e atualização do site do conselho, Evanildo se comprometeu a verificar junto ao Roberto Campolina, da equipe da Seapur, quais têm sido os entraves para que isso ocorra. Após o esclarecimento de dúvidas de participantes da reunião relacionadas a nomenclatura de ruas e logradouros no município. Nada mais a ser tratado, a reunião deu-se por encerrada às 17:45 hs, da qual foi lavrada presente ata por Augusto Luiz A. Pascoal, e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.


Rodolpho Perissé – Presidente


Augusto Luiz A. Pascoal (Sec:5, 2021.22:03:GMT-3)

Augusto Luiz A. Pascoal secretário Ad hoc